

**A ECO E O EGO**  
**UMA ANÁLISE DA CRISE ECOLÓGICA E O EGOÍSMO HUMANO**

ECO AND EGO  
AN ANALYSIS OF THE ENVIRONMENTAL CRISIS AND HUMAN  
SELFISHNESS

**Wagner Lima Amaral**

**Doutorando em Ciência da religião – PUCSP**

[amaralwl@uol.com.br](mailto:amaralwl@uol.com.br)

**Resumo**

A crise da ecologia tem sua raiz no egoísmo humano. A *eco* é um grito da natureza e clamor dos oprimidos, em maioria; porém, massacrada pela minoria. Na base da crise ecológica está o egoísmo, o homem que tira muito do meio-ambiente, mas não coloca nada, ou muito pouco, de volta; e quando o faz é movido pelo consumismo; enaltecendo o ego. A *eco* que enfrenta o *ego* só vencerá se houver consciência de quem somos, e para que estamos aqui. Consciência produtora de ação; o que identifica esse processo como *conversão* – mudança de mente e convergência para uma nova atitude. Nessa perspectiva a Teologia surge como fundamental cooperadora; devido a sua experiência quanto ao processo de conversão; assim como por seus referenciais teóricos. No entanto, para o sucesso dessa cooperação, faz-se necessário converter-se; a fim de servir de referencial para a expectativa ecológica.

**Palavras-chave:** Eco; Ego; Teologia; Conversão.

**Abstract**

The ecological crisis is rooted in selfishness. The eco is a cry of nature and cry of the oppressed, in the majority, but undermined by a minority. On the basis of the ecological crisis is the selfishness, the man who takes away much of the environment, but doesn't put anything or very few back; and when it does, it is driven by consumism, praising the ego. Eco facing the ego will only win if there is awareness of who we are and why we are here. Action-productive consciousness; what identifies this process as conversion – mind-changing and convergence to a new attitude. From this perspective, theology emerges as key cooperator, because of its experience on the conversion process as well as its theoretical frameworks. However, for the success of such cooperation, it is necessary to convert, to serve as a reference for the ecologic expectation.

**Keywords:** Eco; Ego; Theology; Conversion.

## Introdução

Nos últimos anos, jornais, emissoras de rádio, de televisão e revistas passaram a se preocupar cada vez mais com um sério assunto – a crise do relacionamento do homem com o seu meio ambiente; isto em termos técnicos é conhecido como *crise ecológica*. O que se constata é que esta crise piora gradativamente; mesmo em meio ao crescimento dos movimentos preocupados em revertê-la.

Encontramos dois movimentos expoentes no lidar com a crise ecológica. De um lado, os movimentos em defesa da ecologia são, basicamente, uma reação natural dos que veem a natureza ser agredida e o meio ambiente destruído. O centro da preocupação destes movimentos é a natureza, com o medo de perder o belo, o agradável, a vida. De outro lado, os movimentos em defesa da ecologia são, em última análise, uma busca de preservar as fontes naturais, visando sustentabilidade da produção em prol da satisfação do consumismo; o que implicaria em uma defesa do *ego* do homem e não da natureza em si, com o próprio homem incluído.

A Revista *Época*, em uma *edição verde*<sup>1</sup> expressou toda essa preocupação a partir de seu título: *Agora somos 7 bilhões, nosso planeta aguenta?*. Em toda a edição a atenção se volta para a sustentabilidade da vida humana. A própria preservação de seu habitat natural tem sua razão de ser em prol da utilização dos recursos naturais, a fim de servir de facilitador para o homem. Evidencia-se esta ênfase na chamada interna aos artigos: “7 bilhões de consumidores, 1 planeta. A nova geração dos países emergentes quer mais confortos modernos. Mas esbarra nos limites naturais da Terra. Como viveremos num mundo lotado?” (*Época*, 2011, 89). Não simplesmente bilhões de pessoas; mas, sim, bilhões de consumidores; que esbarram nas limitações da natureza. Desta forma, a própria natureza pode ser encarada como adversária ao consumismo; como culpada em não atender, naturalmente, aos anseios dos consumidores. Partindo de uma consideração malthusiana<sup>2</sup>, o desafio, enfim, é resumido em: “desenvolver novas formas de produção e criar novos padrões de consumo, para garantir que a humanidade caiba na Terra com conforto” (*Época*, 2011, p. 92).

---

<sup>1</sup> Revista *Época*, 06 de junho de 2011, nº 681.

<sup>2</sup> Thomas Malthus, economista e demógrafo inglês, que viveu no período em que a humanidade atingiu a marca de 1 bilhão de pessoas; afirmou que tal crescimento populacional seria insustentável, em sua obra: *Ensaio sobre o princípio da população*, de 1798.

Neste trabalho, em parte, proponho um equilíbrio entre os expoentes comuns à crise ecológica. Digo: *em parte* devido suas intenções, que se distanciam do núcleo do problema gerador da crise; e, conseqüentemente, empurram o homem para soluções minimizadoras. Obtém sucesso em seus projetos e operações; mas, não em quantidade e qualidade definitivo.

O equilíbrio proposto inicia-se no campo filosófico; passando pelo campo antropológico e sociológico; e sendo finalizado no campo teológico. Em suma, é uma questão de conversão; o que implica em mudança de mente, e convergência para um novo caminho. Filosoficamente, tratando da visão, análise e classificação do problema. Antropológica e sociologicamente, lidando com a questão da formação, e da cultura; evitando assim o discurso mítico e a prática subjetiva no convencimento do homem em lidar adequadamente com a natureza. Teologicamente, aproveitando o entendimento e a prática da conversão para produzir uma mudança significativa no lidar com a natureza, a partir do lidar consigo mesmo e com o próximo. Uma tentativa de converter o ego que supervaloriza o *eu*, direcionando-o para a valorização do que está além de si; mas, que o contém.

## 1. O campo filosófico

O problema começa pela perda da visão do todo, como já expressado em obras conhecidas: “[...] o dado mais grave que se esconde por detrás da falta de cuidado: a perda da conexão com o Todo; o vazio da consciência que não mais se percebe parte e parcela do universo; [...] a ausência da percepção da unidade de todas as coisas” (Boff, 1999, p. 24). Visão que gera consciência ecológica, que por sua vez produz maturidade e sabedoria no discernimento dos problemas e na busca de soluções.

Esta perda de visão se deu, em parte, como consequência do lado sombrio da modernidade. Fase marcada pela generalização do chamado *mal político*, presente nos regimes totalitários do início do século passado, pela crise ambiental que somente veio à tona a partir das décadas de 50 e 60; crise reforçada pelo advento da chamada *sociedade de consumo* e sua característica pautada no *ter* em detrimento do *ser* e, finalmente pela globalização desproporcional. Se, a modernidade, por um lado se apresenta como o grande momento da humanidade com todas as possibilidades e promessas de desenvolvimento, progresso e, portanto, melhora na qualidade de vida; por outro lado, traz consigo toda sorte de perigos, riscos e inseguranças, que carregam em seu bojo a própria questão da sobrevivência da, e na Terra (Brito, 2006, p. 100).

Filosoficamente, nos deparamos com o *realismo materialista*. Como já afirmara Boff: “chama-se de realismo a esta filosofia porque imagina que as realidades existem como objetos independentes do sujeito que as observa” (1999, p. 23). E, se entende por *materialista* porque “pressupõe que a matéria (átomos, partículas elementares, vácuo quântico, etc.) constitui a única realidade consistente; os demais fenômenos são derivações dela” (1999, p. 24). Filosofia que sustenta o cientificismo tecnicista; conduzindo a humanidade a uma compreensão limitada da realidade, e à perda de conexão com o todo. Mesmo diante de considerações significativamente exortativas, como a de Engels:

Não devemos lisonjear demais nossas vitórias sobre a natureza. Esta se vingará de nós por cada derrota que lhe infringimos. É certo que elas se traduzem principalmente nos resultados previstos, mas acarretam também resultados imprevistos que, muitas vezes, compensam os primeiros [...] Todo o nosso domínio sobre a natureza – e a vantagem que nisso levamos sobre as demais criaturas – consiste na possibilidade de chegar a conhecer suas leis e saber aplicá-las acertadamente” (2000, 223-224).

Apesar da consideração de Engels que produz reflexão sobre a imagem dos pensadores materialistas, advogando um domínio absoluto do homem sobre a natureza; o resultado desta filosofia é observado no descuido para com a natureza e com o próximo; e, conseqüentemente, consigo mesmo. Provocando a dedução de que eventuais considerações ou não foram devidamente entendidas; ou, consideradas.

Uma tentativa de minimizar este problema surgiu no início da década de 70, através do conceito de *desenvolvimento sustentável*; a partir dos estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre as mudanças climáticas. O objetivo inicial deste conceito visava conciliar a necessidade de desenvolvimento econômico da sociedade com a promoção do desenvolvimento social e com o respeito ao Meio Ambiente. Em 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da ONU, na Noruega, elaborou o documento *Nosso Futuro Comum*, conhecido também como *Relatório Brundtland*. Neste, os governos signatários se comprometeram a promoção do desenvolvimento econômico e social em conformidade com a preservação ambiental.

Em 2002, foi ratificada pela UNESCO e aprovada pela ONU a *Carta da Terra*, documento equivalente à Declaração Universal dos Direitos Humanos para a área de Meio Ambiente:

Devemos somar forças para gerar uma sociedade global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura de paz. Para chegar a este propósito é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa

responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações (A Carta da Terra, 2004).

Fica evidente o chamado para a responsabilidade como condição básica para o desenvolvimento sustentável. Porém, este conceito, ainda em construção, gera incertezas quanto ao uso, abrigando visões antagônicas quanto à capacidade das sociedades de atingir seu ideal. Veiga (2006) abordou três tipos básicos de usuário do conceito:

- *Panglossianos ou otimistas*: encaram o desenvolvimento como uma consequência natural do crescimento econômico, confiam na capacidade tecnológica do industrialismo de superar os limites naturais e acreditam que o crescimento se encarregará de gerar recursos necessários para se cuidar do Meio Ambiente.

- *Apocalípticos ou pessimistas*: argumentam que no curto prazo é preciso que o crescimento seja o mais compatibilizado possível com a conservação da natureza, tendendo ao crescimento zero. Insistem em que os serviços da natureza estão sendo usados a uma taxa superior àquela que a biosfera é capaz de suportar no longo prazo. Acreditam que para essa compatibilização entre crescimento econômico e natureza são necessárias mudanças estruturais e institucionais.

- *Analistas não dogmáticos*: argumentam que deve existir em seu horizonte uma modernidade ética, e não apenas uma modernidade técnica.

Destes o único grupo que argumenta que para haver uma mudança na variável ambiental se faz necessário uma mudança de valores, é o último. Ver os seres humanos apenas em termos de necessidade é classificar insuficientemente a humanidade. As pessoas não são apenas pacientes, cujas demandas requerem atenção; mas também agentes, cuja liberdade de decidir qual valor atribuir às coisas e de que maneira preservar esses valores pode se estender para muito além do atendimento de suas necessidades (Veiga, 2006). Esta visão tende a reconduzir o homem à análise de sua existência; o que poderia implicar na conclusão de um novo *ethos* civilizacional, produzindo formas mais cooperativas de convivência. O que nos direciona aos próximos campos a serem analisados.

## **2. Os campos antropológico e sociológico**

Em termos gerais, os esforços para sistematizar os discursos reflexivos, e educativos sobre a questão ambiental são homogeneizados. Não há uma clara demarcação quanto às diferentes concepções. De maneira geral fala-se em preservar a natureza; mas quem é o sujeito a realizar essa preservação, ou mesmo quem é o sujeito a usufruir dessa preservação? E, como fazê-lo?

Há consenso acerca da necessidade de uma educação ambiental, a fim de equilibrar o presente e garantir o futuro; mesmo que por motivações utilitaristas e consumistas; promovidas por uma postura antropocêntrica; que, por sua vez, mantém um sentimento de distanciamento em relação à natureza. Isso gera, apesar dos esforços, separação e não-integração do ser humano ao ambiente natural; assim como a degradação de ambos (Guimarães, 2000, 25).

Consideremos o exercício em uma escola de coleta de latas de alumínio, incentivada por uma indústria que as recicla. Pode-se realizar tal coleta com a simples finalidade de trocar as latas por mercadorias para a escola; que, apesar de ser uma ação positiva por economizar recursos naturais e energia, não instrumentaliza o aluno para uma análise crítica de sua realidade e de sua ação na sociedade. Mas, ao contrário, acaba por intensificar o consumo e reforçar valores economicistas e utilitaristas; dificultando a discursada superação dos problemas.

Uma educação ambiental crítica exige transformações radicais nas relações sociais, assim como ambientais, e mesmo de produção; com vistas à construção de uma nova ética, uma nova cultura. Este processo precisa ser assumido por sujeitos individuais e coletivos.

Permitindo assim exercícios, segundo outra lógica, que contemple não apenas a necessidade de compreendermos a complexidade política, econômica, social e ambiental deste dramático e vertiginoso final de século, como o desafio de realizarmos um projeto civilizatório sustentável ecologicamente, sem miséria humana e ambiental; mas, sobretudo que nos induza a perceber a simplicidade da renúncia em relação à prepotência racionalista, que mantém a natureza como refém, em favor de uma ética que nos restitua a dimensão sagrada da vida (Barreto, 1993, 88).

A questão não se desenvolve apenas no âmbito econômico e tecnológico para se atingir um novo modelo, como ensaia os artigos na revista citada no início deste trabalho; mas, passa principalmente pelas relações de poder que se apropriam dos benefícios desse desenvolvimento, gerador de miséria social e ambiental de um lado e de opulência consumista de outro (Guimarães, 2000, 85).

Não é uma questão da primazia da economia, mas, sim, da primazia da vida. Afinal, a economia trata das ações de apenas uma espécie – o homem – enquanto a ecologia trata das interações de todas elas. A economia cuida das ações regulares que se aplicam ao domínio, enquanto a ecologia indaga se essas ações têm sentido. A economia, portanto, deve ser vista como uma parte da ecologia, ambas se unificando num nível de maior abrangência. Pois, o todo precede e dá sentido a suas partes. Um equilíbrio geral confere a possibilidade, a condição e o sentido da existência de cada parte, indivíduo ou grupo.

Respostas vêm sendo formuladas concretamente pelo conjunto das pessoas que ensaiam práticas significativas em todos os lugares e em todas as situações do mundo atual. Portanto, não há um sujeito histórico único. Muitos são os sujeitos destas mudanças. Elas se orientam por um novo sentido de viver e de atuar. Por uma nova percepção da realidade e por uma nova experiência do Ser. Elas emergem de um caminho coletivo que se faz caminhando (Boff, 1999, 25).

Torna-se, assim, uma *utopia* em construção. Esta construção de um futuro comum requer a preservação não apenas do ambiente físico e biológico, mas também da memória social e antropológica do homem, defendendo-se a diversidade como um valor e impedindo a construção de um mundo homogêneo. É a dimensão da tolerância, implicitamente presente na ecologia, que se baseia no respeito a todos os seres vivos e na solidariedade com as futuras gerações.

Reconhecemos a dificuldade de assimilação da proposta do estudo e da transformação do Todo; pois, pode sugerir um afastamento da ciência para os que exigem precisão, adotam práticas a refutação e a retificação, e estabelecem uma relação específica entre teoria e experiência; além da construção de generalizações, como: perguntas mal formuladas, meras opiniões, metáforas inconscientes e emotivas; geradoras de confusão, mistificação e superficialidade. Esta possibilidade de generalizar serve como alerta para se enfrentar os problemas ecológicos com realismo, cuidando para não se tornar uma ideologia a mais; assumindo, inclusive, um discurso apocalíptico. Pois, a existência dos males, como a poluição, não legitima a mitologia ecológica; servindo como razão para a valorização de todas as espécies, em prol da desvalorização do homem.

Neste processo de construção não podemos reverter o homem, ignorando sua posição central entre os seres; que lhe transfere uma responsabilidade de interação com o Todo, sem deixar de evidenciar sua especificidade em alguns aspectos. Seguindo o raciocínio de Marx, “a raiz do homem é

o próprio homem”<sup>3</sup>. É exatamente deste tipo de raciocínio que surgiram as ciências sociais; revelando esta realidade dicotômica: de um lado, o homem interagindo com o Todo; através do aprendizado, da utilização, da manutenção, e até mesmo do cuidado, motivado pelo belo, ou por razões metafísicas. De outro lado, o desenvolvimento específico do homem, ao produzir seus meios de subsistência e todo o patrimônio social que envolve suas práticas – instrumentos de trabalho, relações de produção, línguas, instituições, etc. Criam matrizes externas de comportamento, que se tornam passíveis de acumulação rápida e ilimitada.

Logo, seria um equívoco localizar a crise de nossa civilização simplesmente na relação entre homem e natureza. Ela não está essencialmente ali, mas nas relações estabelecidas entre os homens, que definem a forma de sua relação com o Todo. Os homens produzem dentro de uma ordem cultural, que é seu ambiente, constituído. As trocas que se estabelecem entre homem e natureza evoluem segundo a lógica de estruturas sociais, normalmente inacessíveis a análise ecológica.

Quando perdemos a dimensão histórica – especificamente humana – da vida em sociedade, a ordem cultural que nos cerca se confunde com a natureza, numa espécie de operação *camuflagem* que faz com que ela deixe de ser um problema.

Nossa *natureza* é evidenciada e experimentada através de nossa cultura. O próprio conceito de natureza é sucessivamente reconstituído pelo homem; como sugere Dirce Suertegaray, et. al (2006) em sua conclusão, quando discutindo a produção e a subordinação da natureza, através da óptica da geografia:

Pensar o ambiente na geografia é pensa-lo enquanto um processo de complexas mediações com significativas implicações na vida das pessoas em relação a suas condições fundamentais de existência. Pensar o ambiente em geografia é pensar uma dimensão do espaço geográfico enquanto uno e ao mesmo tempo com múltiplas dimensões, e não invalidar o ambiental pensado sob outras matrizes complementares e/ou antagônicas (Suertegarav, et. al, 2006, p. 97).

No livro lançado neste ano pela Editora Vozes: *Ecologia Geral: Estrutura e funcionamento da Biosfera*, Robert Barbault afirma: “sim, a ecologia é exatamente uma ciência da natureza, mas natureza

---

<sup>3</sup> Consideração final em sua crítica da religião, sendo aplicada à crítica do direito e da economia política; em sua obra *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, 1843-1844.



humana incluída, uma ciência à prova dos desafios da sociedade. Assim, o ecólogo deve estar atento ao olhar de outras abordagens científicas” (2011, p. 367).

Pensar a natureza a partir de nossa cultura, não deve implicar em práticas sociais, e relações sociais de subordinação e domínio, alimentando a utopia de dominar a natureza para construir sua longevidade, ea natureza humana para construir sua imortalidade. Para isso, se faz necessário uma *conversão* da tendência humana para o domínio da natureza. Logo, uma *conversão* do homem.

Voltamos, então, a uma velha questão, evidenciada no todo deste trabalho: que é o homem? Se não o decifrarmos, mesmo imperfeitamente, todo o conhecimento, considerando sua captação e interpretação, estará comprometido. Afinal, quando debatemos qualquer assunto; debatemos, na realidade, o que sabemos e o que poderemos saber sobre determinado assunto; incluindo sua imaginação. Isto nos direciona para o próximo, e último campo, a ser analisado; de onde esperamos considerar sua possível contribuição pela prática da conversão.

### **3. O campo teológico**

Todo o debate ecológico, assim como sua expectativa, é direcionado para a necessidade de conhecimento, compreensão e mudança do homem. A natureza, por si mesma, cumpre sua parte; insistindo no processo de renovação da vida; e de pareceria com o homem para a manutenção da existência. A questão principal estaciona-se sobre a participação do homem.

A diversidade dos caminhos percorridos para a discussão sobre o Meio ambiente se unifica na expectativa da *conversão* do homem para a mudança ansiada. É, então, nesse ponto que a Teologia pode tornar-se útil, por meio de sua experiência com o fenômeno da conversão, especificamente orientada ao homem.

Conversão é o resultado de um processo, evidenciado por dois passos no indivíduo: arrependimento e convergência. Arrependimento vem do termo grego *metanoēō*, literalmente, *perceber depois*, formado de *meta*, *depois*, implicando *mudança*, e *noēō*, *perceber*; cognato de *nous*, *mente*, *o lugar da reflexão moral*. Por conseguinte, significa *mudar de mente ou propósito*, normalmente envolvendo uma mudança para melhor (Vine; Unger; White Jr., 2002, 415). A aplicação é a de mudança de pensamento originada por algum conhecimento anterior, que leva a pessoa a decidir pela descontinuidade de um determinado procedimento.

Este, conseqüentemente leva ao próximo e definitivo passo: a convergência. O verbo converter vem do termo grego *strephō*, *virar*. Ligado à preposição *epi*: *epistrephō*, *voltar-se*, *virar-se*, *virar em*

*direção a, convergir para* (Vine, Unger, White Jr., 2002, 508). A aplicação é a de uma mudança de direção, de rumo, de procedimento, motivada pelo arrependimento consumado. Um conhecimento que leva a reflexão; e, posterior, discernimento; para, finalmente, produzir uma ação final que revela rompimento, abandono de uma prática; e o assumir de uma nova realidade.

Em sua experiência com o discurso e com a aplicabilidade deste sobre a conversão, a Teologia pode compartilhar sua base teórica, e seu desenvolvimento metodológico para ajudar na conversão do homem para com o lidar esperado com o Meio Ambiente. Esta conversão, provavelmente, tem como principal alvo o seu *ego*; tende este como principal adversário da ecologia; por ser a fonte dos principais problemas ecológicos enfrentados.

### 3.1. Conceito de *ego*

Eis uma objetiva definição:

A personalidade de cada homem; o próprio indivíduo, o “eu”. Segundo o conceito de Freud, o *ego* é o centro da personalidade que compartilha com a realidade e é influenciado por forças sociais. O *ego* modifica o comportamento, pelo inconsciente compromisso entre o primitivo instinto e o consciente; serve como mediador entre o impulso inconsciente e os procedimentos pessoal e social. [...] Egoísmo sendo o excessivo amor ao bem próprio, sem atender ao dos outros. [...] Egoísta diz-se de, ou pessoa que trata só dos seus interesses: comodista; antônimo de altruísta (Bueno, 1984, 390).

Numa perspectiva teológica egoísmo é uma doença do gênero humano provocado pelo pecado; aquilo que prejudica o relacionamento com Deus (Mateus 5.3) e de uns com os outros (Filipenses 2.3).

### 3.2. Conceito de *ecologia*

A origem filológica da palavra provém do termo grego *oikos, casa, e logos, estudo*; literalmente: *o estudo da casa*, ou de como manter a casa em ordem. Deste ponto, progrediu-se para a ideia de *ciência do habitat* (Ferreira, 1992, 15). A figura da *casa* é bem sugestiva. Imaginemos uma casa

onde vivem várias pessoas. Ela é um todo montado para as condições de vida da família. Tem abrigo, ar puro, dispensa para os alimentos; é abastecida de água; está cercada de vegetação; é banhada pela luz do sol e pulverizada pela chuva. É a figura completa de um meio ambiente ideal, onde se pode habitar e sobreviver. E, tudo o que for feito afeta a casa e o bem estar de todos.

O termo *ecologia* aparentemente foi usado pela primeira vez em nota de rodapé, na obra do biólogo alemão Ernest Haeckel (1834-1919): *Morfologia Geral dos Organismos*. Em sua definição: *ecologia é o estudo da interdependência e da interação entre os organismos vivos, animais e plantas e o seu meio ambiente, seres inorgânicos* (Acot, 1990, 27).

### **3.3. Conceito de *ecossistema***

Depois de *ecologia*, o termo mais usado nesta área seja: *ecossistema*. *Ecossistema* “é todo o conjunto formado por um ambiente inanimado (solo, água, vegetação, atmosfera) e os seres vivos que o habitam. Assim, lagoas, pradarias, florestas e mares são ecossistemas” (Anônimo, 1974, 2). Portanto, cada lugar, cada espaço de que nos servimos para existir na natureza, tem sua parte de atmosfera, de sol com suas variações de formas; os rios ou lagos, ou mares, ou fontes de água, e nessas partes ou campos, um grande número de outros sistemas de vida, animais e vegetais, um vivendo em função do outro e até uns afetando os outros de alguma maneira. Todo esse conjunto complexo, portanto, é o *ecossistema*. Naturalmente, o *ecossistema* contribui para a formação do meio ambiente.

### **3.4. Exemplos dos principais problemas ecológicos enfrentados**

Ao longo dos anos, o homem, que está inserido no meio ambiente, formado pelo ecossistema, servindo-se da natureza, por ignorância (*ego*) ou por irresponsabilidade (*egoísmo*), tem provocado problemas que, somado à superpopulação, multiplicam a preocupação devido à necessidade de sustentação.

#### **3.4.1. O extermínio de animais e o desflorestamento**

A caça excessiva, incentivada, principalmente pelo comércio de peles; o comércio de animais silvestres; a pesca predatória, e outros processos exterminadores jogam em fase de extinção certas espécies de animais. Processos normalmente associados à sustentabilidade do homem. Uma pesquisa de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Diversidade Biológica e Conservação (PPGDBC) do campus Sorocaba da UFSCar, aponta para um provável desaparecimento de aves em regiões onde as plantações ocuparam os habitats naturais das espécies. O estudo Utilização de Sistemas Agrícolas (Tangerinas, *Citrus Reticulata*) por aves na região de Pilar do Sul, São Paulo foi desenvolvido por Marcelo Gonçalves Campolim, sob orientação do professor Augusto Piratelli. O objetivo da pesquisa foi verificar se as aves da região avaliada poderiam usar as plantações como acréscimo de seus habitats naturais, ou mesmo substituí-los. A ocorrência foi verificada na região de Pilar do Sul (SP) e pode ser explicada pela substituição dos habitats naturais por plantações e pastos.

A ideia do estudo surgiu enquanto Piratelli viajava pelo interior de São Paulo e constatou que a maior parte da paisagem era composta por plantações e pastagens. “A mata nativa quase não existe mais, e com isso, muitas espécies desapareceram ou estão ameaçadas”, lamenta o orientador. O estudo apontou que, das 122 espécies amostradas, 60 foram detectadas nas plantações e nos fragmentos florestais (áreas com vegetação nativa), e as demais só nesses fragmentos. “Concluimos que a mata nativa é de suma importância para pelo menos metade das espécies da região, enquanto para a outra metade, as plantações podem ser utilizadas para deslocamentos, alimentação ou reprodução”, esclarece Piratelli.

A pesquisa também chama atenção para o novo Código Florestal, que prevê a redução de algumas áreas, que hoje são legalmente protegidas, como matas ciliares e topos de morros, para serem utilizadas para a Agropecuária. “Ficamos receosos que as mudanças nas áreas protegidas previstas no novo Código Florestal possam ser terríveis para as aves (e outros animais), que vão perder ambientes naturais. E aquelas que não conseguem sobreviver nas plantações tendem a se tornar raras ou até mesmo desaparecer”, prevê o professor.

O Brasil ainda é carente de estudos que visam monitorar a fauna de aves em ambientes agrícolas. “As informações levantadas na pesquisa são importantes para futuros planejamentos, visando o manejo de técnicas e práticas agrícolas para o auxílio destes ambientes na conservação de aves”, conclui Campolim.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Reportagem por UFSCar/EcoAgência.

Esta realidade é multiplicada quando na constatação de que a humanidade é levada a ao questionamento sobre a opção entre a floresta ou a plantação. Como apresenta a reportagem da Revista Época: “a humanidade se apropriou de dois terços das terras férteis disponíveis. O terço restante abriga as últimas florestas” (2011, 97), o que fazer? Toda a reportagem direciona o leitor à compreensão da necessidade de um agir diferente do homem, seja na busca de entendimento acerca do problema, seja no interpretar este, buscando soluções inteligentes que exigem a preservação da natureza. O que, intrinsecamente, exige sua conversão; abandonando a prática predatória e descuidada, diante do conhecimento atual, e convergindo para um novo caminho que o faz assumir uma nova prática de contemplação e cuidado.

### **3.4.2. A poluição**

Este é um dos problemas mais experimentados por todos. Pode ser dividido em: poluição do ar, das águas, poluição sonora, acústica, ou visual. Exemplifiquemos o problema com a poluição comumente sentida: a poluição do ar.

Os maiores poluidores do planeta, na ordem de 80%, são os países ricos e industrializados. O quadro comparativo feito por Boff, em 1993, já elucidava a situação e desmascarava os culpados:

Os EUA lançaram 186 bilhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera só em 1985; a ex-União Soviética lançou 985 milhões. E aqui surge um paradoxo e também uma hipocrisia: embora os países do hemisfério norte sejam os principais responsáveis pela crise ecológica mundial que afeta a todos, são eles os primeiros a não assumir o compromisso mais importante pela correção de curso do processo de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que impõem aos outros do hemisfério sul as normas de como se deve tratar a natureza (p. 24).

Esta crise é agravada quando nos deparamos com a atual constatação de alguns que não há possibilidade de se ter energia totalmente limpa. Como afirma a reportagem na Revista Época, a fonte pode ser nuclear, hidrelétrica ou até bagaço de cana. Os países estão descobrindo que não há alternativa sem custo ambiental. Por menor impacto ambiental que produza, qualquer das opções atinge todo o ecossistema; como uma teia que comprova a realidade do Todo. Considerando a eletricidade produzida, através da cana de açúcar, a reportagem afirma:

O desafio é estimular a expansão da cana sem incentivar novos desmatamentos para o cultivo em remanescentes de cerrado, como em Goiás e em Mato Grosso do Sul. As áreas disponíveis para aumentar os canaviais estão se esgotando. O Brasil, assim como o planeta, ficou pequeno (2011, p. 101).

Na base das decisões a serem tomadas está o *ego*. Seja por querer tirar muita natureza, mas estar disposto a retribuir com pouco. Como conclui Geisler: “a maioria das formas de poluição pode ser diretamente atribuída à exuberância do homem na sua cobiça pela ganância” (1984, p. 217). Seja pela disposição em reaprender a viver, considerado não somente seus anseios naturais e particulares; mas, também, de todo *ecossistema*. E isto evidencia uma disputa que deve ser resolvida com a conversão de um ao outro.

### 3.5. A *eco* versus o *ego*

É estimulante encontrar um cientista que não se envergonhe de relacionar *eco* com *ego*. Trata-se de Paulo Nogueira Neto, de 89 anos, a primeira autoridade oficial do Meio Ambiente no Brasil, por doze anos diretor da Secretaria Especial de Meio-Ambiente (SEMA). Pensando numa grande nave, entenderemos melhor o que é *eco* (grito de sobrevivência) e *ego* (ganância sórdida). Imaginando um grande avião que transporta todos para um destino comum encontramos um quinto, ou seja, 20% da população viajando na primeira classe. Estes 20% da população da terra consomem 80% das reservas disponíveis para essa longa jornada. Enquanto que 80% dos passageiros do nosso avião (terra) passam fome, frio e todas as necessidades imagináveis. Isto é *ego*. Aonde 20% gasta 80% os 20% que sobram é pouco para 80% sobreviverem. Esta atitude mostra o egoísmo do homem. Nas palavras de Schaeffer seria:

na sua qualidade de [homem] caído, não só é finito, mas errante. Assim, as escolhas que o homem faz pragmaticamente não têm outro ponto de referência além do egoísmo humano. É o cão que come o cão, o homem que devora o homem, o homem que consome a natureza (1986, p. 101).

Aqui encontramos a cobiça do homem. Nota-se que o homem com sua cobiça não têm o porquê não violar a natureza e o próximo. A partir do momento em que acredita num mundo sem referencial

do Todo, tudo acaba perdendo todo o significado. Se isto acontece “inevitavelmente, eu, que sou homem, serei considerado sem valor” (Schaeffer, 1986, p. 101). Isso é *ego*.

Como apresenta Boff:

Ou nos salvamos todos dentro de um sistema de convivência solidário e participativo na terra, e para isso impõem transformações fundamentais [isto é *eco*], ou pela indignação e pelos levantes podemos fazer explodir a nave e assim nos precipitar todos nos abismo [isto é *ego*]. Pois é esta consciência que está crescendo mais e mais no mundo [isto é *eco*] (1993, p. 25).

A constatação crescente de um desastre ecológico tem empurrado as sociedades mundiais à mobilização para criar uma cultura de comportamento ecológico. A este tipo de comportamento chamamos de *eco*.

Quando as indústrias do Rio Grande do Sul castigam os rios e as fontes do Uruguai, isso é egoísmo brasileiro. Quando os países industrializados, quase todos situados no hemisfério norte, responsáveis por 80% da poluição da terra, sendo que somente os Estados Unidos contribuem com 23% dessa poluição, se recusam a reduzir suas emissões de carbono e causam danos ao mundo inteiro, isso é egoísmo deles. Elben Lenz nos fala que “a questão do meio ambiente está nos obrigando a viver juntos e não separados” (1992, 24).

Os grupos empresariais elaboram seus planos de desenvolvimento dentro da ideologia da maximização dos benefícios (*ego*). A competição concorre para devastação (*ego*). Em contrapartida, há a constatação dos movimentos ecológicos de que as políticas de desenvolvimento devem ser adequadas ao ecossistema regional. Isso é *eco*.

Os projetos de Henry Ford com a borracha, em 1927; e em 1970, os de Daniel Ludwig, com a celulose e madeira no Jari; e os da Volkswagen nos anos 70 redundaram num imenso fracasso, devido à desconsideração do aspecto ecológico. Isto é *ego*. É uma atitude míope e egoísta querer o uso e os ganhos da natureza para si mesmo sem o devido respeito para com os outros, hoje ou numa geração futura. Isto é *eco*.

## Conclusão

A proposta sugerida por este trabalho inicia-se no rever a visão do problema da crise ecológica, enxergando as pessoas não apenas como pacientes, cujas demandas requerem atenção; mas também como agentes, cuja liberdade de decidir qual valor atribuir às coisas e de que maneira preservar esses

valores pode se estender para muito além do atendimento de suas necessidades. Esta visão tende a reconduzir o homem à análise de sua existência; produzindo um novo *ethos* civilizacional, com formas mais cooperativas de convivência.

Esta visão, então, se desenvolve para a construção de um futuro comum que requer a preservação não apenas do ambiente físico e biológico, mas também da memória social e antropológica do homem, defendendo-se a diversidade como um valor e impedindo a construção de um mundo homogêneo. É a dimensão da tolerância, implicitamente presente na ecologia, que se baseia no respeito a todos os seres vivos e na solidariedade com as futuras gerações.

Um pensar e desenvolver distante das relações de subordinação e domínio, que exigiria, por fim, uma *conversão* da tendência para o domínio da natureza. Logo, uma *conversão* do homem. Uma mudança de direção, de rumo, de procedimento, motivada pelo conhecimento que leva a reflexão; e, posterior, discernimento; para, finalmente, produzir uma ação que revela rompimento, abandono de uma prática; e o assumir de uma nova realidade. Tendo o ego como alvo principal desta conversão; por ser o principal adversário da ecologia, a fonte dos principais problemas ecológicos enfrentados.

Em termos de conteúdo, como referencial, para reflexão acerca desta conversão para a Teologia cristã, a maior dignidade já dada à matéria não foi seu bem, como criação de Deus, nem sua glória atrelada a dele. A maior honra outorgada à criação material foi quando Deus se tornou parte dela na encarnação de Cristo. “E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade” (João 1.14). A divindade entrou no fluxo sanguíneo da humanidade. Logo, ao destruir a natureza, os homens destroem o que é bom, obliterando o espelho que reflete a seu Criador. Semelhantemente, o desrespeito para com o próprio homem – a miséria causada pelo egoísmo do próprio homem – é abusar daquele que Deus adornou à sua imagem, e honrou com a encarnação do seu Filho.

O ponto de vista teológico cristão sobre a natureza potencializa a esperança na produção de uma autêntica ecologia; cooperando na preservação da beleza, na liberdade para um desprendimento e comprometimento psicológico, e na diminuição da destruição do ecossistema. E a prática teológica acerca da conversão, também, pode contribuir ao reverter ações promovidas pelo egoísmo humano. A *eco* que enfrenta o *ego* só prevalecerá diante da consciência de quem somos, e do que fazemos parte; qualificando nossa responsabilidade ao atribuir sentido e dignidade a vida.

O apresentar a possibilidade dessa cooperação da Teologia não implica em ausência de dificuldades, por parte da mesma. Para, efetivamente, cooperar, a própria Teologia, em várias de suas vertentes, precisaria passar por essa conversão.



Há referenciais diversos da Teologia que naturalmente conduziria a uma atitude pró-ecológica. A criação a ser cuidada, gerenciada; a própria encarnação, como observamos; assim como a questão da revelação. Porém, os embates pelo poder – desde o campo soteriológico até o político – dificultam essa possibilidade de cooperação; por serem (os embates) conduzidos pelo *ego*. Vejamos dois exemplos que retratam essa dificuldade de cooperação.

Primeiro exemplo: na vertente ortodoxa da Teologia há duas possibilidades de revelação: (1) a natureza que revela o Criador; e (2) as específicas, na história. Considerando a primeira, as grandes cidades com seu crescimento associado à destruição da natureza; e com sua rotina alucinante, diminuindo a atenção do homem sobre a pouca natureza que sobra; são estratégias para diminuir, ou mesmo impedir os efeitos da revelação. Se, a natureza revela o Criador; logo, destruí-la limitaria sua percepção e contemplação.

Partindo desta perspectiva, a Teologia (a igreja) torna-se cúmplice dessa estratégia inimiga ao ignorar o assunto; tornando-se usuário da natureza com o objetivo de privilegiar a segunda possibilidade de revelação; mesmo que ao preço da morte da primeira opção.

Segundo exemplo: principalmente entre os protestantes e os pentecostais, o discurso escatológico conduz à inércia e à improdutividade. O entendimento de que o mundo, profeticamente, caminha para a ruína e destruição total, até a renovação divina; faz com que a Teologia, e, conseqüentemente, a igreja ignore a natureza.

Alguns teólogos enxergam as tentativas de reverter o quadro dramático como oposição ao plano divino. A renovação futura, para esta visão, será obra divina e não humana; e somente no fim, após a destruição total. E, para boa parte dos que defendem tal interpretação, destruição que ocorrerá sem a presença da igreja na terra. Por isso, a indiferença que é traduzida na inércia e na improdutividade teológica.

Há, então, possibilidade de contribuição ativa da Teologia para a conversão do *ego*; seja pela experiência na prática da conversão, ou pelos próprios referenciais; desde que esta conversão comece por ela. Afinal, para quem anseia converter alguém, se faz necessário o exemplo.

## Referências

A CARTA DA TERRA. 2004. The Earth Charter Initiative. Disponível em [http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21\\_arquivos/carta\\_terra.doc](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21_arquivos/carta_terra.doc)

ACOT, Pascal. História da Ecologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990. Apud. FERREIRA, Damy. *Ecologia: Uma perspectiva bíblica*. Artigo publicado pela Revista Teológica. Rio de Janeiro: STBSB, Ano VII – 1992 – n° 11.

BAPTISTA, Roberto Natal. Bíblia e Ecologia. Artigo - Ecoteologia 92: Por um novo ser humano em paz com a criação. Páginas 13-15. São Paulo: CEDI, 1992.

BARBAULT, Robert. Ecologia geral: Estrutura e funcionamento da biosfera. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

BARRETO, Marcos P. Educação, desenvolvimento e meio ambiente. Cadernos Cedes – Educação Ambiental n° 29. Campinas: Papirus, 1993.

BOFF, Leonardo. Ecologia, Mundialização, Espiritualidade. São Paulo: Ática, 1993. 180p.

BOFF, Leonardo. Saber cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

BRITO, Paulo R. Borges de. Missão integral: Ecologia e sociedade. São Paulo: W4 Editora, 2006.

BUENO (Ed). Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 11<sup>a</sup>. Ed. Rio de Janeiro: FAE, 1984.

CÉSAR, Elben M. Lenz. *A Eco e o Ego*. Artigo publicado pela Revista Teológica. *Ecologia: Uma perspectiva Bíblica*. Rio de Janeiro: STBSB, Ano VII – 1992 – n° 11.

ENGELS, Friedrich. A Dialética da natureza. 6<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FERREIRA, Damy. Ecologia. Uma perspectiva bíblica. Artigo publicado pela Revista Teológica. *Ecologia: Uma perspectiva bíblica*. Rio de Janeiro: STBSB, Ano VII – 1992 – n° 11.

GEISLER, Norman. Ética cristã: Alternativas e questões contemporâneas. Trad. Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 1984.

GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E ECONOMIA SOLIDÁRIA. Relatório do GT do V Congresso Ibero Americano de Educação Ambiental, Joinville, SC: PNUMA/UNESCO/MMA/MEC, 2006. Disponível em <http://www.viberoea.org.br>

GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental: No consenso um embate? São Paulo: Papirus, 2000.

FEINBERG, Paul & GEISLER, Norman. Introdução a filosofia: Uma perspectiva cristã. Trad. Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 1983.

MARX, Karl. Crítica da filosofia do Direito de Hegel, in sobre a religião. Lisboa: Edições 70, 1972.

(Anônimo) Poluição e Meio Ambiente – Edição especial de Conhecer Nosso Tempo. São Paulo: Abril, 1974.

Revista ÉPOCA, edição 681. São Paulo: Editora Globo, 2011.

SCHAEFFER, Francis. Poluição e a morte do homem: Uma perspectiva cristã da ecologia. 2ª Ed. Trad. Darci e Nancy Dusilek. Rio de Janeiro: JUERP, 1986.

SOUSA, João de. Ecologia à luz da Bíblia. São Paulo: Vida, 1992.

SUERTEGARAY, Dirce M. Antunes. Questão ambiental: Produção e subordinação da natureza. Apud. SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; DANTAS, E. D. C. Panorama da geografia brasileira II. São Paulo: Annablume, 2006.

VEIGA. José Eli. Meio ambiente & Desenvolvimento. São Paulo: Senac, 2006.

VINE, W. E; UNGER, M. F; *Dicionário VINE*. Rio de Janeiro: CPAD, 2002.